



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



# Megaeventos esportivos e cidades: resistência popular e crise de um modelo

Sporting Mega-events and cities: popular resistance and the crisis of a model

**Coordenador:** *Gilmar Mascarenhas<sup>1</sup>*, ETTERN/IPPUR/GPDU,  
[gilmasc2001@yahoo.com.br](mailto:gilmasc2001@yahoo.com.br)

**Debatedor:** *Glauco Bienenstein<sup>2</sup>*, PPGAU-UFF;  
ETTERN/IPPUR/GPDU; GPDU-UFF; [glaucob01@gmail.com](mailto:glaucob01@gmail.com)

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGeo-UERJ; professor associado, Pesquisador associado do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, ETTERN/IPPUR/GPDU. Líder do grupo de pesquisa Megaeventos esportivos e Cidades.

<sup>2</sup> Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador associado do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, ETTERN/IPPUR/GPDU; Líder do grupo de pesquisa Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU-UFF).

O Brasil se tornou, recentemente, o maior palco planetário dos megaeventos esportivos. Desde a última década do século XX, o governo brasileiro já esboçava um empenho cada vez mais claro no sentido de atrair e realizar grandes competições esportivas internacionais. Após dois malogros iniciais (projetos olímpicos *Brasília 2000* e *Rio de Janeiro 2004*) tal esforço se intensificou e resultou triunfal: em 2002 o país conquistou o direito de sediar os Jogos Pan-Americanos 2007, realizados na cidade do Rio de Janeiro; cinco anos depois, atingiu a tão almejada condição de país-sede da Copa do Mundo de 2014; e em outubro de 2009 confirmou-se a realização da Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro, a primeira edição em território sul-americano. Se organizar megaeventos esportivos tornou-se uma meta explícita de política pública e de projeção externa no Brasil em sua era “neo-desenvolvimentista”, cumpre refletir sobre diversos aspectos: a articulação política (que envolve as três esferas de governo), os principais agentes econômicos, os projetos com seus custos e formatos organizativos e, substancialmente, seus efeitos na reconfiguração do modelo de desenvolvimento e nos caminhos para o planejamento urbano e o direito à cidade.

Os megaeventos esportivos da atualidade se definem por um conjunto de competições periódicas quadrienais, que vêm apresentando há décadas crescimento constante e elevada capacidade de impactar as cidades que os abrigam. Sua realização implica a articulação de amplo e complexo concerto logístico e volumosos investimentos públicos, consubstanciados na elaboração de projetos urbanos que, além de criar uma multiplicidade de sofisticadas instalações esportivas de incerto uso posterior, anunciam a promessa de expandir a infra-estrutura geral das cidades e assim deixar um legado “positivo”, que tente justificar o impacto geral e imenso volume de investimentos governamentais.

A magnitude atual desses eventos se relaciona com processos mais abrangentes. Nas últimas três ou quatro décadas, as transformações gerais do capitalismo repercutiram sobremaneira na produção e gestão das cidades em escala mundial. Produtividade e competitividade passaram a delinear os principais parâmetros orientadores da questão urbana, não mais concebida majoritariamente enquanto desafio histórico ao enfrentamento da injustiça social (Harvey, 2005). Neste contexto, destacam-se as retóricas competitivas expressas no *city marketing* nas quais se insere, certamente, a promoção de grandes eventos esportivos. É notável a confluência de interesses contemporâneos entre o porte de tais megaeventos e o modelo neoliberal de gestão e desenvolvimento urbano (Mascarenhas, Bienenstein, Sánchez, 2011).

Os megaeventos esportivos, por sua dimensão e alcance planetários, bem como por sua articulação explícita com grandes corporações globais (patrocinadores), emerge em nosso quadro analítico como agente e vetor particular da globalização. Quando os tratamos sob o ângulo dos estudos territoriais, do planejamento e da gestão das cidades, percebemos que estes resultam em clara oportunidade para o “novo” modelo calcado na lógica do mercado e em intervenções urbanas pontuais e icônicas, mormente associadas ao modelo imobiliário-financeiro de crescimento urbano. Todavia, também representam uma oportunidade para pensar e enfrentar crônicos problemas urbanos.

O COI (Comitê Olímpico Internacional) e a FIFA estabelecem para as cidades que desejam sediar seus principais eventos um rigoroso pacote de exigências, que amiúde fere princípios básicos de autonomia dos Estados Nacionais, traduzido em rigoroso conjunto de determinações, algo que sugerimos situar no âmbito do “globalitarismo” de que nos fala Milton Santos (Mascarenhas, 2016). Todavia, este modo globalitário parece viver um efetivo momento de crise, promovido pela crescente contestação em escala planetária. Neste sentido, observa-se nos últimos anos um conjunto de reações em série, processo absolutamente inédito na história dos Jogos Olímpicos: cidades como Annecy, na França (um dos primeiros casos a ganhar repercussão mundial), Oslo,

Munique, Saint Moritz-Davos, Roma, Cracóvia, Graubünden (Suíça), Lviv (Ucrânia, embora movida, sobretudo pela conjuntura geopolítica de confronto bélico), Estocolmo, Baku e Toronto recusaram ou mesmo abandonaram candidaturas olímpicas, quase sempre a partir de intensa contestação popular. Cumpre ainda registrar que para os Jogos de 2020 se registrou quantidade recorde de cidades que cogitaram apresentar candidaturas, mas que desistiram no percurso: Brisbane (Austrália), Cairo, Berlim, Budapeste, Nairobi, Delhi, Guadalajara, Kuala Lumpur, Casablanca, Durban, Toronto, Paris, Praga, Dubai, Lisboa, Bucareste, Bursan (Coreia do Sul) e São Petersburgo. São recorrentes críticas aos “elefantes brancos”, aos gastos públicos exorbitantes ou incontrolláveis, às promessas de legado jamais cumpridas e aos impactos indesejados, geralmente de natureza ambiental ou relacionados aos “distúrbios” (sobretudo as remoções forçadas) provocados pelas intervenções urbanas.

Não por acaso, é possível claramente notar neste século XXI um inédito deslocamento espacial dos megaeventos esportivos no sentido da periferia emergente do sistema mundial, notadamente para os chamados BRICS, com destaque para o mundo asiático: para além dos já citados eventos no Brasil, temos os Jogos de Pequim em 2008, as edições da Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2010 (África do Sul), 2018 (Rússia) e 2022 (Qatar, em detrimento do favoritismo norte-americano), bem como outros eventos: os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 (Sochi), 2018 (Pyeongchang) e 2022 (Beijing), assim como os Jogos da Commonwealth (Delhi, 2010). Tal deslocamento não apenas sinaliza a predisposição financeira de determinados países de rápido crescimento econômico em alcançar maior projeção internacional através de exibição de seu poderio emergente. Sinaliza também a estratégia por parte de FIFA e COI de recorrer a países nos quais, supostamente, esperam encontrar menor resistência por parte da sociedade civil e contar, por vezes, com governos autoritários, desejosos de legitimação no cenário global e mesmo no plano interno.

Neste contexto, para os Jogos de Inverno de 2022, Oslo se apresentava como candidata favorita. Não apenas por sua reconhecida capacidade de organização, seu poder econômico e sua forte tradição em esportes de inverno: o projeto Oslo 2022 reluzia no aspecto ambiental e apresentava simplesmente o formidável índice de “remoção zero”. Após o faustoso e agressivo evento em Sochi 2014 (o mais caro e polêmico evento esportivo de inverno da história, ao custo de US\$ 51 bilhões) e das perspectivas pouco diferentes para 2018 na Coreia do Sul, o projeto norueguês “cairia como uma luva” para as pretensões de amenizar a desgastada imagem global do sistema olímpico. Todavia, a sociedade civil norueguesa, mesmo após a oficialização da candidatura perante o COI, pressionou e conseguiu promover, em referendo popular, o recuo governamental, em outubro de 2014. Restou ao COI somente duas opções, ambas em regimes totalitários (Pequim e Almaty, no Cazaquistão) e imbuídas do espírito “gigantista” e perdulário atualmente muito questionado. Optou-se por Pequim, não obstante o anunciado uso de neve artificial. Em nossa sessão livre, o projeto norueguês e o vitorioso movimento de contestação, bem como a recente onda antiolímpica européia, serão apresentados pelo pesquisador norueguês Einar Braathen.

Portanto, para além do propalado quadro de recessão econômica internacional, o “movimento antiolímpico”, como alguns preferem chamar (Boykoff, 2014; Lenskyj, 2008), vem contribuindo decisivamente para produzir este novo cenário que resultou na drástica redução do número de candidaturas olímpicas (que vinha crescendo progressivamente em volume desde o final dos anos 1980), o que levou o COI a finalmente repensar suas exigências para as cidades postulantes. Foi assim que em sua 127ª sessão ordinária, em dezembro de 2014, foi aprovada a Agenda 2020 que, embora muito timidamente, flexibiliza algumas das exigências e claramente sinaliza para possibilidades de redução dos custos do evento. Aproveitando esta nova agenda, o governo japonês vem promovendo alterações cruciais em seu projeto olímpico. Em julho de 2015,

mediante contestação social intensa, o governo japonês decidiu pela revisão radical do projeto do estádio olímpico para os Jogos de 2020, reduzindo bastante seus custos. Imediatamente, o presidente do Comitê Olímpico do Japão, Yoshiro Mori, formalizou pedido de autorização ao COI. Este, por sua vez, e já demonstrando o novo “espírito” de tentar amenizar a desgastada imagem do urbanismo olímpico, aceitou o pedido afirmando “We highly respect this gesture”, nas palavras do próprio Thomas Bach, presidente do Comitê Olímpico Internacional. Nuances do movimento popular contra o projeto olímpico Tóquio 2020 (“Hangorin no Kai”) serão apresentados em nossa Sessão Livre pela ativista local Misako Ichimura.

A resistência popular carioca ao projeto Rio 2016, envolvendo disputas territoriais e simbólicas, será abordada por Fernanda Sánchez (UFF), destacando o emblemático caso Vila Autódromo. Eduardo Nobre (USP), por sua vez, discutirá o legado e as mobilizações populares nas cidades brasileiras que acolheram a Copa do Mundo 2014, salientando os sinais de falência deste modelo de desenvolvimento urbano que não promoveu inclusão social. Em suma, a sessão livre ora proposta pretende refletir sobre o esgotamento do modelo de desenvolvimento urbano associado a megaeventos esportivos e apresentar um balanço das experiências de contestação deste modelo, dentro do possível em nível global.

No Brasil, vivemos um momento político particular, de relativa recessão econômica e de agudo recuo de conquistas democráticas, processo que afetará sensivelmente o modo de planejar e de gerir as cidades. Analisar o legado do ciclo neodesenvolvimentista dos megaeventos, valorizando a ótica das vozes dissonantes, pode contribuir para a urgente tarefa de repensar os rumos do planejamento urbano no Brasil, no esforço coletivo em busca de obtenção ou mesmo reconquista de patamares significativos de direito à cidade.

## **MOVIMENTO POPULAR DE RESISTÊNCIA AOS JOGOS DE TÓQUIO 2020**

### ***Misako Ichimura***

A preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2020 vêm impactando a cidade e a vida da população de baixa renda, acelerando processos de gentrificação em Tóquio. Apartamentos baratos foram transformados em condomínios caros. Trezentas famílias em situação de habitação social e várias pessoas sem-teto no entorno do Meiji Park foram expulsos devido à construção do Novo Estádio Nacional para os Jogos.

O Comitê Olímpico do Japão faz seu apelo para uma "Olimpíada de reconstrução nacional" após a destruição resultante do triplo desastre (terremoto, tsunami e acidente na Usina Nuclear de Fukushima em 2011), mas nenhum discurso de esperança tem sido capaz de dissipar o alto nível de contaminação em Tóquio ou em Tohoku.

Sob o argumento de "aumentar a dignidade nacional", o primeiro-ministro do Japão tem falado abertamente em apoio à militarização, com numerosas observações racistas e xenófobas, o que contribui para a discórdia entre o Japão e outros países da Ásia Oriental. Sob o lema "o coração da hospitalidade", o governo municipal de Tóquio está mobilizando milhares de crianças e membros das comunidades locais para a abertura dos Jogos Olímpicos / Paralímpicos visando a produção forçada do consenso. Enquanto o clima de boas-vindas está sendo encenado, diversas vozes do povo são marginalizadas. Pretendemos apresentar o panorama atual das lutas populares (com destaque para o movimento Hangorin no Kai: People Against Olympics,

<http://hangorin.tumblr.com>) contra o autoritarismo e o projeto de cidade acionado para os Jogos Tóquio 2020.

PALAVRAS-CHAVE: Toquio 2020; resistência popular; Hangorin no Kai.

## **“CORTANDO O MAL PELA RAIZ”: EXPLICANDO A RESISTÊNCIA ANTIOLÍMPICA EUROPEIA – O CASO DE OSLO 2022.**

***Einar Braathen***

Entre 2011 e 2014, quatorze cidades e regiões da Europa produziram projetos para disputar a realização dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022: Oslo (Noruega), o cantão de Graubünden (com Davos e St.Moritz, Suíça), Tirol e Trentino (Áustria / Itália), Munique (Alemanha), Lviv (Ucrânia), Cracóvia (Eslováquia) Östersund (Suécia), Tahko / Kuopio / Helsinque (Finlândia), Nice (França), Barcelona (Espanha), Saragoça (Espanha), Brasov e Vale de Prahova (Romênia), Sarajevo (Bósnia e Herzegovina). No entanto, devido à falta de apoio popular, tais projetos foram abandonados ou mesmo retirados após sua oficialização junto ao Comitê Olímpico Internacional.

Este artigo discute as várias explicações possíveis para esta bem sucedida onda de resistência contra sediar os Jogos Olímpicos. A mais difundida é a explicação bastante despolitizada de que, devido à crise financeira e do euro, as cidades e seus contribuintes descobriram que não podiam custear tais eventos. Um exame mais minucioso do caso de Oslo sugere que as explicações de ordem política e sociológica são mais válidas. O desprezo pela megalomania dos Jogos Olímpicos de Sochi em 2014, o luxo extravagante que cercava os membros do Comitê Olímpico Internacional e o desrespeito do COI e das cidades anfitriãs pelo trabalho e pelos direitos humanos, alimentaram movimentos sociais de base progressista em sua luta contra as candidaturas olímpicas. O artigo discute também em que medida estaria em curso uma "globalização da cidadania insurgente", com as massivas manifestações de rua no Brasil em junho de 2013 inspirando movimentos de resistência contra megaeventos esportivos em países europeus.

PALAVRAS-CHAVE: movimento anti-olímpico; Europa; Oslo 2022.

## **IMPACTOS URBANOS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: A COPA DO MUNDO FIFA DE 2014**

***Eduardo Alberto Cusce Nobre***

Entre 2007 e 2014, o Governo Brasileiro coordenou a execução das obras para a realização da Copa do Mundo da FIFA, baseado no discurso do planejamento estratégico da criação de um “legado” em infraestrutura, empregos e renda. Fruto da “coalizão de crescimento” entre o Estado e capital, essas obras resultaram na flexibilização da legislação e no uso de uma grande quantidade de recursos públicos com fortes impactos urbanos. Grande parte das obras de mobilidade urbana foi projetada para favorecer as áreas de expansão do capital imobiliário, conectando os estádios a portos, aeroportos e ao setor hoteleiro, com demanda de uso reduzida. Outros projetos de mobilidade foram simplesmente abandonados, transformando-se em “elefantes brancos”. A maioria dos estádios, construída ou reformada para o evento utilizando-se de recursos públicos, através de isenções fiscais ou de empréstimo do BNDES a baixa taxa de juros, apresenta agora a capacidade de cumprir com as obrigações financeiras abalada, visto que a demanda para a sua

utilização é bem menor do que a prevista. A população mais excluída foi a grande perdedora com esse processo, pois trinta e seis mil pessoas foram removidas de suas propriedades para a realização das obras. Dessa forma, a organização desse megaevento representou a utilização de uma enorme quantidade de recursos públicos (23 do total de 27 bilhões de reais) a fim de garantir o lucro das empreiteiras e fomentar o desenvolvimento imobiliário. As grandes manifestações populares que ocorreram contrárias à organização do megaevento parecem indicar o esgotamento desse modelo de planejamento.

PALAVRAS-CHAVE: impactos urbanos; Copa do Mundo; mobilidade

## **JOGOS OLÍMPICOS E TERRITÓRIOS EM DISPUTA: SUJEITOS E INSTRUMENTOS PARA A REINVENÇÃO DO ESPAÇO**

***Fernanda Sánchez***

A luta dos moradores da Vila Autódromo para reinventar seu território, violentamente afetado pela marcha da reestruturação urbana em tempos de urbanismo olímpico na cidade do Rio de Janeiro, é tomada aqui como caso emblemático de produção do espaço conflitual, neste caso, contra as remoções. Ao discutir esta formulação evidencio os diversos instrumentos, recursos e estratégias – comunicacionais, políticos e territoriais - dos quais os moradores e apoiadores fizeram uso para resistir ao atual projeto de cidade. A capacidade imaginativa dos sujeitos para desfigurar as linguagens do poder e reconfigurar os sentidos da luta ao longo dos anos permitiu inscrever o caso na esfera pública em múltiplas escalas: local, nacional e internacional. Para desenvolver a reflexão a apresentação constitui-se das seguintes partes: breve caracterização da Vila Autódromo como território disputado; a mídia como instrumento ativo na produção do espaço; as violências institucionais no território; lugares e espaços para a comunicação da luta; as gramáticas territoriais da insurgência. Serão trazidas, como contribuição ao debate, algumas ideias chave que enfatizam as possibilidades de aprendizado e emancipação, transformadoras para todos aqueles que participaram do processo.

PALAVRAS-CHAVE: espaço conflitual; Vila Autódromo; Rio de Janeiro olímpico.